



Apelo a boas e promissoras práticas - orientações para a apresentação de candidaturas

Antecedentes

Aproximadamente 15% da população global são pessoas com deficiência, 80% das quais vivem na pobreza.¹ O relatório do Secretário-Geral para a Cimeira Mundial Humanitária (2016) reconheceu que as pessoas com deficiência estão entre as mais marginalizadas em qualquer comunidade afectada pela crise². [O artigo 11 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#) (CRPD da ONU) estabelece obrigações para os Estados Partes de proteger e garantir a segurança das pessoas com deficiência em situação de risco, incluindo situações de conflito armado, emergências humanitárias e a ocorrência de desastres naturais.

Em 2019, o Comité Permanente Inter-Agências (IASC) lançou a [Directriz da IASC sobre a Inclusão de Pessoas com Deficiência na Acção Humanitária](#)³ para apoiar os actores humanitários a enfrentar os obstáculos aos serviços e assistência, e a mitigar os riscos enfrentados pelas pessoas com deficiência durante as emergências. Durante o processo de desenvolvimento das Directrizes da IASC, [a International Disability Alliance \(IDA\), CBM e Humanity & Inclusion \(HI\)](#) recolheram estudos de caso sobre a acção humanitária inclusiva em matéria de deficiência.

Apelo a boas e promissoras práticas

Os membros do Grupo de Trabalho 1 do [Grupo de Referência Mundial sobre a Inclusão de Pessoas com Deficiência na Acção Humanitária](#)⁴ (GDH) receberam múltiplos pedidos e manifestações de interesse para estudos de casos mais elaborados de boas e promissoras práticas que examinem a implementação das directrizes da IASC sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, os próprios membros do GDH, Grupo de Trabalho 1, observaram como os actores humanitários adaptaram ou alteraram a sua programação para se tornarem mais inclusivos no que diz respeito à deficiência. Contudo, muito poucas dessas práticas foram documentadas e existem poucas oportunidades de aprendizagem inter-agências em matéria de acção humanitária com inclusão da deficiência.

Por conseguinte, o GDH através do Grupo de Trabalho 1 decidiu lançar um apelo a boas e promissoras práticas com o objectivo de promover a aprendizagem entre agências humanitárias, que é financiado pelo Center for Disaster Philanthropy, CDP. A documentação e divulgação destas práticas deve ajudar a acelerar a utilização das Directrizes e abordar a marginalização de longa data

¹ Organização Mundial de Saúde e Banco Mundial, *Relatório Mundial sobre Deficiência* (2011)

² Assembleia Geral, *Uma Humanidade: Responsabilidade Partilhada, Relatório do Secretário-Geral para a Cimeira Mundial Humanitária A/70/90* (2 de Fevereiro de 2016), disponível em <http://undocs.org/A/70/709>

³ Posteriormente referidas como as Directrizes da IASC sobre a inclusão de pessoas com deficiência

⁴ Posteriormente referido como Grupo de Referência de Deficiência (GDH)

das pessoas com deficiência na acção humanitária e nas crises. O Grupo de Trabalho 1 do DRG irá criar um comité de revisão técnica como parte deste processo.

Porque deve participar, quais são os benefícios para si e para a sua organização?

Aprendizagem entre pares e intercâmbio de outros actores humanitários sobre a inclusão da deficiência!

Esta é uma oportunidade única para partilhar as suas boas ou promissoras práticas em matéria de acção humanitária inclusiva sobre deficiência. As boas práticas de qualquer sector humanitário são bem-vindas. Tornámos o processo tão leve e interactivo quanto possível e (se seleccionado?) receberá apoio de pares e peritos para documentar a sua prática.

Com base numa pontuação inicial dos membros do Grupo de Trabalho 1 do GDH, iremos seleccionar 23 práticas boas ou promissoras. Se o seu resumo de boas práticas for seleccionado, receberá um convite para participar numa sessão global de aprendizagem em linha e revisão por pares com um máximo de doze outras organizações, facilitada por peritos. Além disso, poderá solicitar apoio personalizado de edição e documentação para iluminar o seu trabalho e torná-lo ainda mais apelativo para ser reproduzido com a comunidade humanitária em geral. Durante essas sessões de laboratório, peritos em gravação gráfica e áudio apoiarão a captura da essência das boas práticas apresentadas, e proporão um resumo que você e os seus colegas apenas necessitarão de rever. **Porquê?** Aprendemos com processos anteriores semelhantes. Há muitas exigências que competem pela nossa atenção no funcionamento quotidiano da assistência humanitária e, como resultado, a maioria dos actores humanitários não dispõe do tempo e dos recursos necessários para documentar o seu trabalho operacional. Ao mesmo tempo, eles estão interessados em contribuir com aprendizagens e em prestar assistência humanitária e protecção de qualidade.

Se estiver entre as 3 melhores práticas pontuadas na revisão pelos pares, um estudo de caso mais aprofundado das suas boas práticas pode ser apoiado por um consultor especializado. Ele/ela irá explorar mais profundamente as boas práticas através do rastreio do processo e da colheita dos resultados consigo e com os seus colaboradores. Informações valiosas serão capturadas para inspirar e informar os outros - partilhar a aprendizagem chave na esperança de acelerar a operacionalização das Directrizes do IASC e, conseqüentemente, o acesso igualitário de mais pessoas com deficiência à protecção e serviços humanitários.

Todos os estudos de caso serão então publicados e disponibilizados através dos seguintes canais:

- Sítios Web,
- Webinars,
- Boletim informativo do GDH,
- Painel de Discussões, e/ou
- Publicações.

Como posso participar no processo?

Submeta a sua boa ou promissora prática! Procuramos uma prática recente para assegurar que possamos chegar aos principais colaboradores, incluindo a população afectada. Pode ser de qualquer sector humanitário de intervenção.

- Todas as práticas sugeridas devem ser submetidas utilizando o **modelo de boas práticas** ou [formulário em linha](#) até **31 de Março de 2023**.
- Se for seleccionado - será convidado a participar num workshop de três horas em estilo de laboratório, onde apresentará a sua boa prática numa intervenção de sete minutos e responderá às perguntas de revisores. Se estiver entre as três melhores práticas, poderá colaborar com um consultor especializado que apoiará a elaboração da melhor prática, entrando em contacto com colaboradores chave e com você mesmo para entrevistas com informante-chave ou discussões em grupo focais que tracem o processo e destaquemos resultados, bem como os desafios ultrapassados, e as lacunas remanescentes.

Quem estará envolvido na selecção?

A selecção preliminar será conduzida por um Comité de Revisão Técnica (TRC) composto por peritos em matéria de deficiência - incluindo acção humanitária, incluindo 4 a 6 membros do Grupo de Trabalho 1 dos GDH, 1 Co-Presidente dos GDH, 1 Organização de Pessoas com Deficiência (OPD), Instituto de Direito Internacional da Paz e Conflitos Armados (IFHV) na Universidade Ruhr de Bochum, e institutos de investigação humanitária ou grupos de reflexão. A selecção será baseada em critérios de pontuação acordados derivados das directrizes do IASC. Os candidatos seleccionados serão então convidados para o workshop de estilo laboratorial onde a segunda selecção terá lugar. Os mesmos peritos na matéria participarão e juntar-se-ão a si como revisores por pares.

Partilharemos informações sobre o processo de selecção e os resultados no website DRG/ IDA, bem como no boletim informativo e nas reuniões mensais do DRG.

Permissão e consentimento para publicar

A autorização para publicar os estudos de caso na sua forma final e editada será solicitada à agência que submeteu o estudo de caso para cada estudo de caso antes da publicação.

Agradecemos a apresentação de fotografias ou vídeos com a documentação das boas práticas. Se decidir fazê-lo, deverá assegurar-se de que o consentimento informado foi obtido por escrito de qualquer indivíduo incluído nas fotografias. Abster-nos-emos de publicar fotografias sem provas escritas de que foi dado o consentimento informado.

Processo de apresentação, revisão e selecção de casos de estudo

Na sequência do lançamento do apelo à prática pelo Secretariado da Equipa de Intervenção da IASC:

Etapa 1: Registe-se para **submeter um** resumo de **boas práticas** através do [preenchimento deste formulário online](#), **até: 31 de Março**.

Etapa 2: Primeira selecção pelo Comité de Revisão Técnica (TRC) de acordo com o cumprimento dos objectivos e prioridades temáticas do convite à apresentação de boas práticas. O comité será composto por membros do GDH, Grupo de Trabalho 1 (incluindo os actores humanitários centrados na deficiência e os principais agentes humanitários, OPDs), Co-Presidentes do GDH, IFHV na Universidade Ruhr de Bochum, doadores e representantes de grupos de reflexão ou institutos de investigação. As perguntas de revisão para um maior aperfeiçoamento das boas práticas ao longo da Directriz IASC sobre a inclusão de pessoas com deficiência serão partilhadas pelo TRC com os detentores das boas práticas.
Data limite para a revisão final: 30 de Abril (números pendentes de apresentação a serem revistos, podendo ser prorrogado)

Etapa 3: Os candidatos/ submissores seleccionados preparam uma apresentação das suas boas práticas para a próxima ronda de selecção durante os Workshops de Revisão pelos Pares e Laboratório de Aprendizagem.

Etapa 4: Dois workshops de revisão em estilo de laboratório de aprendizagem com representantes do TRC e os revisores de pares seleccionarão as 3 boas práticas mais relevantes para uma exploração aprofundada e documentarão 23 boas e promissoras práticas em diferentes formatos (por exemplo, áudio, resumo escrito, vídeo, imagens, gravação gráfica).
Maio- Agosto 2023

Etapa 5: Exploração aprofundada das 3 boas práticas de pontuação máxima e trabalho em formatos acessíveis
Agosto - Outubro 2023

Etapa 6: Publicação e divulgação
Novembro- Dezembro 2023

Áreas temáticas prioritárias

Os estudos de casos devem enquadrar-se em pelo menos uma das seguintes áreas temáticas prioritárias. Estas áreas temáticas foram seleccionadas porque são essenciais para uma programação que inclua as deficiências e representam elementos-chave das Directrizes da IASC. São relevantes para cada sector, bem como para a coordenação humanitária, a fim de reforçar a participação significativa e o acesso equitativo das pessoas com deficiência à assistência e protecção humanitária:

1) Capacitação das pessoas com deficiência

- Acções que apoiaram a população afectada com deficiências, bem como as suas estruturas representativas (OPDs) para compreender, reivindicar e responsabilizar a liderança pelos seus direitos e direitos em situação de emergência.
- Boas Práticas que capacitam as pessoas com deficiência a contribuir para a programação humanitária, coordenação e/ou protecção.

2) Desenvolvimento de capacidades dos actores humanitários, incluindo organizações de pessoas com deficiência

Acções (sessões de sensibilização, séries de aprendizagem, apoio técnico e aconselhamento) que resultaram em assegurar que os actores humanitários, incluindo as OPDs, mantenham uma compreensão baseada nos direitos da deficiência na assistência e protecção humanitária, tenham conhecimentos, aptidões e confiança para empreender a gestão de projectos ou ciclos de programas ou a coordenação humanitária da deficiência, alinhados com as Directrizes do IASC sobre a Inclusão da Deficiência. Em particular, estamos interessados em boas ou promissoras práticas de desenvolvimento de capacidades que tenham levado a isso:

- Promover ou assegurar uma participação significativa das pessoas com deficiência na assistência humanitária e protecção,
- Recolher informação sobre pessoas com deficiências, capacidades e necessidades humanitárias prioritárias não satisfeitas, barreiras e capacitadores,
- Adaptar mecanismos de responsabilização humanitária, modalidades de prestação e serviços para se tornarem mais –inclusivos em relação à deficiência, e/ou
- Coordenar e/ou controlar a sua igualdade de acesso e participação significativa na assistência e protecção humanitária.

3) Identificação e remoção das barreiras

Acções que resultaram na identificação e/ou remoção das barreiras atitudinais, ambientais, de comunicação e institucionais e/ou facilitadores (ver páginas 12- 15 da GL IASC) enfrentados por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência que dificultam e/ou aumentam a sua igualdade de acesso e/ou participação significativa na assistência e protecção humanitária.

4) Participação significativa das pessoas com deficiência

Práticas boas ou promissoras que resultaram em melhorar ou assegurar:

- Participação de pessoas com deficiência em processos que avaliam, planeiam, concebem, implementam, monitorizam e/ou avaliam intervenções humanitárias
- Emprego de pessoas com deficiência, incluindo as da população afectada como pessoal humanitário, pessoal de primeira linha, tais como mobilizadores comunitários, colectores de dados e/ou voluntários.
- Consulta e/ou colaboração com pessoas com deficiência ou OPDs das comunidades afectadas/ comunidades de acolhimento em processos em torno de intervenção humanitária, responsabilização, estratégias de localização e/ou recursos ou políticas relacionadas.

5) Recolha e desagregação de dados de qualidade sobre deficiência

- Boas e/ou promissoras práticas que resultaram na recolha, análise e utilização de dados inclusivos sobre deficiência pela programação, incluindo desagregação local

apropriada por género, idade, deficiência e/ou outros factores que influenciam o acesso e/ou protecção humanitária.

- As práticas podem incluir aquelas que levaram à adaptação de ferramentas de análise e/ou monitorização de protecção de género ou conflito existentes ou a concepção de novas ferramentas que permitiram uma melhor compreensão da situação de homens e mulheres com diferentes tipos de deficiências de diferentes grupos etários (incluindo jovens, idosos e crianças) e características socioeconómicas.
- Mais especificamente, processos de recolha de dados que ajudaram a recolher e analisar informação e identificação de subgrupos da população de maior risco num determinado sector e contexto e os factores específicos da deficiência que conduzem à vulnerabilidade e/ou reforçam a resiliência e segurança. Estes factores podem incluir os diferentes tipos de barreiras, solução local para reforçar os facilitadores, necessidades/requisitos prioritários não satisfeitos e a gama de capacidades e/ou outros factores que aumentam e/ou reduzem os riscos.

Outros critérios

Os estudos de caso devem ser relevantes para um ou mais dos seguintes contextos de crise, sectores programáticos, modalidades de intervenção, ou questões transversais:

<p>Contextos de crise:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Catástrofes rápidas, tais como inundações ou terremotos; - Catástrofes lentas, tais como a seca; - Crise prolongada - Emergências sanitárias, tais como a COVID 19; - Situações de emergência aguda 	<p>Fases da acção humanitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preparações - Resposta - Recuperação 	<p>Sector:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança alimentar - Nutrição - WASH - Saúde - Educação - Protecção - CCCM - Abrigo - Meios de Vida 	<p>Modalidade de entrega:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cash-based - In-kind - Prestação de serviços - Apoio técnico - Baseado na comunidade
<p>Questões transversais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deficiência - Género - Idade - protecção mainstreaming - Saúde Mental e Apoio Psicossocial (MHPSS) 			

- AAP

Orientação para completar o modelo de estudo de caso

O modelo foi concebido para ajudar a captar os elementos-chave da história por trás de uma prática.

Ao recolher informação para o resumo sobre uma prática, encorajamos você a utilizar a documentação disponível e a procurar contributos das seguintes partes interessadas:

- Pessoas responsáveis pela implementação da prática.
- Os decisores envolvidos no apoio à prática.
- Trabalhadores de primeira linha do serviço ou programa.
- População afectada envolvida no programa ou serviço, incluindo pessoas com deficiência.
- Parceiros, organizações, grupos ou indivíduos identificados como agentes-chave de mudança.

O modelo está estruturado para facilitar a descrição de uma única prática e análise no que diz respeito ao seu alinhamento com as Directrizes da IASC, as suas acções "devem fazer".

É claro que muitas práticas podem não reflectir as quatro acções 'obrigatórias'. No entanto, é importante identificar progressos em certas áreas, ao mesmo tempo que se destacam as lacunas, e explicar que outras medidas são necessárias para tornar as práticas plenamente inclusivas.

CRITÉRIOS DE REVISÃO,

Os seguintes critérios de revisão estão alinhados com a Directriz IASC e resumem as cinco áreas temáticas, assim como alguns princípios-chave aplicados à acção humanitária.

CRITÉRIOS DE REVISÃO	
Não discriminação	1. A prática demonstra acções para identificar e eliminar a discriminação contra as pessoas com deficiência na programação e política humanitária, inclusive garantindo protecção e acesso igual e/ou direccionado à assistência
	2. A prática demonstra medidas e abordagens distintas para facilitar a protecção e segurança de todos os adultos e crianças com deficiência, (incluindo pessoas de grupos sub-representados, tais como pessoas com deficiência intelectual ou pessoas com deficiência psicossocial) de acordo com o seu género, idade, etnia, estatuto de minoria, bem como outros factores de diversidade e específicos do contexto.
	3. A prática presta atenção específica à situação das pessoas com deficiência que enfrentam múltiplas e intersectantes formas de discriminação, e considerando o género e a idade, para as capacitar e proteger contra a violência física, sexual e outras formas de violência, abuso, exploração e assédio.
Não fazer mal & Protecção Mainstreaming	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar prioridade à segurança e dignidade, e evitar causar danos 2. Acesso Significativo 3. Prestação de contas
Capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. A prática demonstra como as pessoas com deficiência, bem como as suas estruturas representativas (OPDs) estão a reivindicar os seus direitos, responsabilizando a liderança pelos seus direitos e direitos em situação de emergência. 2. A prática demonstra como as pessoas com deficiência foram equipadas com conhecimentos, competências e liderança que as habilitam a contribuir para a programação humanitária, coordenação e/ou protecção.
Desenvolvimento de facilitadores	<ol style="list-style-type: none"> 1. A prática demonstra que tipo de acções (sessões de sensibilização, séries de aprendizagem, apoio técnico e aconselhamento) levaram a uma maior compreensão da deficiência com base nos direitos em matéria de assistência e protecção humanitária, conhecimentos, aptidões e confiança para empreender a deficiência - incluindo a

	<p>gestão de projectos ou ciclos de programas ou a coordenação humanitária.</p> <p>2. Praticar uma das seguintes mudanças:</p> <ul style="list-style-type: none"> o participação significativa das pessoas com deficiência na assistência humanitária e na protecção, o recolha de informação sobre as necessidades, capacidades e prioridades das pessoas com deficiência não satisfeitas, barreiras e capacitadores humanitários, o alteração dos mecanismos de responsabilização humanitária, modalidades de prestação e serviços para se tornarem mais inclusivos em relação à deficiência e/ou o coordenação e/ou monitorização das pessoas com deficiência no acesso e participação significativa na assistência e protecção humanitária.
<p>Participação</p>	<p>1. A prática promove a participação e/ou envolvimento significativo de pessoas com deficiência nos processos de gestão e planeamento do programa ou do ciclo do projecto, incluindo em mecanismos de coordenação apropriados</p>
	<p>2. A prática promove mecanismos inclusivos de protecção baseados na comunidade, de modo a proporcionar uma melhor resposta adaptada e específica ao contexto e reforçar a resiliência das pessoas com deficiência, das suas comunidades, das suas famílias e das redes de apoio de pares.</p>
<p>Identificar e remover barreiras</p>	<p>1. A prática demonstra que a programação de emergência e de preparação incluiu componentes para identificar e/ou remover/ aumentar barreiras/ facilitadores, nas suas diversas formas.</p>
<p>Identificar e Reforçar Capacitadores e capacidades</p>	<p>2. A prática começou a identificar e/ou remover sistematicamente barreiras físicas, de comunicação, institucionais e atitudinais, inclusive através do fornecimento sistemático de informação acessível a todos ao longo do planeamento, preparação e resposta, recuperação e melhoria da acessibilidade dos serviços.</p>
<p>Recolha de dados</p>	<p>1. Sistemas ou processos de recolha de dados de qualidade que começaram a ajudar a identificar, orientar e monitorizar o acesso equitativo e a participação significativa das pessoas com deficiência.</p>
	<p>2. A prática de recolha de dados promoveu uma melhor coordenação dentro ou entre agências sobre a inclusão das pessoas com deficiência na acção humanitária,</p>

	<p>3. Recolha de dados, análise de conflitos, análise de género ou processos de gestão de informação que ajudaram a adaptar os processos de recolha e análise de informação para desagregar por deficiência e/ou tornar os processos de programação e planeamento mais inclusivos dos requisitos e da resposta à diversidade das pessoas com deficiência.</p>
--	---

CRITÉRIOS DE REVISÃO PRÁTICA - APRENDIZAGEM

- **Práticas positivas:** efeitos positivos documentados ou observáveis sobre o seguinte:
 - o Impacto: Demonstra mudança progressiva na política, prática, conhecimentos, atitudes, relações a diferentes níveis (por exemplo, local, nacional, organizacional, sectorial, etc.)
 - o Sustentabilidade e reprodutibilidade: Demonstra potencial de sistematização e adopção pelos actores locais neste contexto, e adaptável e escalável em outros contextos
 - o Relevância e inovação: Demonstra uma utilização apropriada e inovadora de actividades, ferramentas e parcerias.

Annex 1

Questions

Section 1

Domínio temático das boas práticas humanitárias

Mais alguma informação sobre as áreas temáticas. Por favor leia a descrição das áreas temáticas:

<https://docs.google.com/document/d/1CSTUuFjGWzM1hcM3LsGHBbMco4UTZyoQ/edit?usp=sharing&oid=101592679297283162398&rtpof=true&sd=true>

Capacitação das pessoas com deficiência

- Acções que apoiaram as pessoas com deficiências afectadas, bem como as suas estruturas representativas para compreender, reivindicar e se responsabilizar pela liderança sobre seus direitos em uma situação de emergência.
- Boas Práticas que capacitam as pessoas com deficiência a contribuir para a programação humanitária, coordenação e/ou protecção.

Desenvolvimento da Capacidade de Actores Humanitários, incluindo Organizações de Pessoas com deficiência

Acções (sessões de sensibilização, ciclos de aprendizagem, apoio técnico e aconselhamento) que resultaram na garantia de que Os actores humanitários defendem uma compreensão da deficiência baseada nos direitos, têm conhecimentos, aptidões e confiança para empreender a gestão de projectos ou ciclos de programas ou a coordenação humanitária sobre a deficiência, em conformidade com a GL IASC.

Identificação e remoção de barreiras

Acções que resultaram na identificação e/ou remoção de barreiras atitudinais, ambientais, de comunicação e institucionais (ver páginas 12- 15 da GL IACS) enfrentadas por homens e mulheres, rapazes e raparigas com deficiência que dificultam o seu acesso equitativo e/ou participação significativa na assistência e protecção humanitária.

Participação significativa das pessoas com deficiência

Boas ou promissoras práticas humanitárias que resultaram em melhorar ou assegurar:

- Participação de pessoas com deficiência em processos que avaliam, planeiam, concebem, implementam, monitoram e/ou avaliam intervenções humanitárias.
- Emprego de pessoas com deficiência, incluindo as da população afectada como pessoal humanitário, pessoal de primeira linha, tais como mobilizadores comunitários e/ou voluntários.

Deficiência de Qualidade Recolha e desagregação de dados

Boas e/ou promissoras práticas que resultaram na recolha, análise e utilização de dados sobre deficiência - incluindo dados de programação, incluindo desagregação local apropriada por género, idade, deficiência e/ou outros factores que influenciam o acesso e/ou protecção humanitária.

1. Que área temática prioritária faz as suas boas ou promissoras práticas em matéria de deficiência - incluindo discurso da acção humanitária? (Assinalar/verificar tudo o que é relevante para representar o seu bem e/ou práticas promissoras) Required to answer. Multiple choice.

“ Capacitação das pessoas com deficiência

“ Desenvolvimento de capacidades dos actores humanitários, incluindo organizações de pessoas com deficiência

“ Identification et éliminer les barrières

“ Participação significativa das pessoas com deficiência

“ Recolha e desagregação de dados de qualidade sobre deficiência

Section 2

Informação sobre Pontos Focais para as Boas Práticas

Por favor, partilhe alguma informação sobre o ponto focal para esta boa prática ou boa prática promissora

2. Nome da organização: Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

3. Tipo de organização (por exemplo, Governo, ONU, Inter- agência, INGO, ONG nacional/local, CBO, DPO, empresa privada, outras): Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

4. Nome e título do(s) ponto(s) central(ais) para este estudo de caso: Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

5. Papel dos pontos focais no que diz respeito à prática abordada: Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

6. Informação de contacto (endereço físico): Required to answer. Single line text.

Enter your answer

7. Número de telefone móvel: Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

8. Email: Required to answer. Single line text.

Enter your answer

Section 3

Informação de base sobre a prática

9. Título do estudo de caso: Required to answer. Single line text.

Enter your answer

10. Prazo: (ou seja, o período em que a prática teve lugar) Required to answer. Single line text.

Enter your answer

11. Localização da prática [país, distrito, cidade] (incluir todos os locais relevantes)

Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

12. Tipo de crise: Required to answer. Multiple choice.

- Emergência aguda
- Emergência sanitária, por exemplo Ebola, resposta COVID ou Colera
- Deslocamento forçado em massa
- Crise prolongada
- Desastre de início rápido

13. Tipo de localização: Required to answer. Multiple choice.

- Urbano
- Rural
- Colónia de Refugiados
- Colónia de PDI

14. Sector (ou subsector, conforme o caso), assinale todos os que se aplicam: Required to answer. Multiple choice.

- CCCM
- Protecção das crianças
- Educação em Emergência
- GBV
- Habitação, terrenos e propriedades
- Segurança alimentar
- Saúde
- MHPSS
- Acção antiminas
- Nutrição
- Protecção (geral)
- Abrigo
- WASH
- Trabalho transversal, isto é, coordenação, avaliação de necessidades multi-sectoriais ou recolha de dados, trabalho relacionado com o AAP.

15. Que actores e partes interessadas estiveram envolvidos em quê? (máx. 200 palavras)

Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

Section 4

Descrição da prática

Por favor, descreva a prática em pormenor. Tente responder ao maior número possível de perguntas orientadoras (ver abaixo).

16. Qual era a situação antes da prática, que lacunas (ou barreiras) estava a tentar colmatar? Como avaliou a(s) lacuna(s) e com quem? (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

17. Qual foi o objectivo/objectivo da prática? Indique a ligação ao problema que pretendia resolver, pergunta 16.

(máx. 200 palavras)

Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

18. Que acções foram tomadas para colmatar as lacunas? (máx. 750 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

19. Quem estava empenhado no planeamento e implementação das acções? Como estavam envolvidos homens e mulheres, rapazes e raparigas com diferentes tipos de deficiências? (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

20. Quais eram os recursos necessários (humanos, financeiros...)? (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

21. Quais foram os resultados da prática (em relação ao objectivo/objectivo)? (máx. 750 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

22. Por favor partilhe quaisquer dados qualitativos ou quantitativos ou provas que tenha recolhido e que possam ilustrar a mudança. (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

23. Quais foram os factores de sucesso que podiam ser replicados ou informar a acção de outros actores? (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

24. Quais foram os desafios que enfrentou e como os enfrentou? (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

25. Por favor, inclua quaisquer citações ou testemunhos relevantes de pessoas que tenham participado ou beneficiado das boas práticas. (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

26. Fez uso de alguns capítulos ou recomendações das Directrizes da IASC? Em caso afirmativo, quais. (máx. 50 palavras)

Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

27. Como parte do processo subsequente, os visados e envolvidos na acção podem ser contactados para mais documentação sobre esta prática. (máx. 50 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

Section 5

Categorização da prática

28. Modalidades de prestação de assistência (assinale todas as que se aplicam)Single choice.

- Modalidades de prestação de assistência
- em dinheiro
- Em espécie
- Prestação de serviços
- Perícia técnica

29. Fase do ciclo do programa humanitário e acções conexas (assinale todas as que se aplicam)Required to answer. Multiple choice.

- Preparativos
- Avaliação e análise das necessidades

- Planeamento estratégico
- Mobilização de recursos
- Implementação e monitorização
- Análise e avaliação operacionais entre pares
- Coordenação
- Gestão da informação

30. Inclusão de grupos subrepresentados ou grupos que enfrentam discriminação (assinale todos os que se aplicam)Required to answer. Multiple choice.

- Crianças com deficiência
- Indígenas com deficiência
- Pessoas idosas com deficiência
- Pessoas com deficiências de minorias étnicas ou religiosas
- Pessoas com deficiências intelectuais
- Pessoas com deficiências psicossociais
- Mulheres e raparigas com deficiências
- Jovens com deficiência

31. Como classificaria o tipo de acção sobre a inclusão de pessoas com deficiência: a prática consiste em acções orientadas apenas para pessoas com deficiência (acção orientada), ou se se dirige a pessoas com deficiência como parte da população alvo global (integração da acção de inclusão da deficiência)? Required to answer. Single choice.

- acção de integração
- acção orientada
- ambos

32. Qualquer outra informação que gostaria de partilhar que ajude a compreender a prática. (máx. 500 palavras)Required to answer. Multi Line Text.

Enter your answer

Publicação e Divulgação

33.Você concorda em compartilhar publicamente de sua boa e promissora prática em uma base de dados que estará disponível on-line para um aprendizado mais amplo e networking?

Por favor, note que as informações compartilhadas incluirão: Nome de sua organização, tipo de organização, detalhes de contato na forma do e-mail fornecido, o título da prática, e o resumo.Required to answer. Single choice.

- Sim
- Não

34. Se sim, você poderia compartilhar um resumo de sua boa ou promissora práticas para o compartilhamento e networking. Required to answer. Multi Line Text.

Please enter a number less than or equal to 200